



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
LIGIANE BERNER

**DESAFIOS PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM UMA ESCOLA DA REGIÃO DA
GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Tubarão
2017

LIGIANE BERNER

**DESAFIOS PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM UMA ESCOLA DA REGIÃO DA
GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Plano de Ação apresentado ao Curso
Direcionado de Especialização em Gestão
Escolar da Universidade do Sul de Santa
Catarina como requisito parcial à obtenção do
título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Prof. Nádia Maria Soares Sandrini

Tubarão

2017

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Frente da escola.....	23
Figura 2 – Secretaria Escolar.....	23
Figura 3 – Pátio interno da escola	23
Figura 4 – Prédio antigo	23
Figura 5 – Fundos do ginásio de esportes	24
Figura 6 – Frente do ginásio	24
Figura 7 – Quadras de esporte	24
Figura 8 – Espaço Horto Florestal.....	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quadro de matrículas	19
Gráfico 2 - Quadro demonstrativo da situação escolar.....	19
Gráfico 3 - Situação funcional.....	20
Gráfico 4 - Quadro formação dos profissionais.....	21

SUMÁRIO

1 REFERENCIAL TEÓRICO	9
1.1 PERFIL DO ESTUDANTE.....	10
1.2 CURRÍCULO	11
1.3 SISTEMA FINANCEIRO E PATRIMONIAL	13
2 OBJETIVO GERAL	15
3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	16
3.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	16
3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	17
3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA.....	20
3.4 DIMENSÃO FINANCEIRA	22
3.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	22
4 METAS	26
4.1 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	26
4.1.1 META 1.....	26
4.1.2 META 2.....	26
4.2 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA.....	26
4.2.1 META 1.....	26
4.2.2 META 2.....	26
4.3 DIMENSÃO FÍSICA.....	27
4.3.1 META 1.....	27
4.3.2 META 2.....	27
4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA	27
4.4.1 META 1.....	27
4.4.2 META 2.....	27
5 AÇÕES.....	28
5.1 AÇÃO 1 - META 1 - DIMENSÃO PEDAGÓGICA	28
5.1.1 Objetivos específicos	28
5.1.2 Período	28
5.1.3 Público alvo.....	28
5.1.4 Recursos	28
5.1.5 Responsáveis pela ação	28
5.2 AÇÃO 2 - META 1 - DIMENSÃO PEDAGÓGICA	29

5.2.1	Objetivos específicos	29
5.2.2	Período	29
5.2.3	Público alvo.....	29
5.2.4	Recursos	29
5.2.5	Responsáveis pela ação	29
5.3	AÇÃO 1 - META 2 - DIMENSÃO PEDAGÓGICA	29
5.3.1	Objetivos específicos	30
5.3.2	Período	30
5.3.3	Público alvo.....	30
5.3.4	Recursos	30
5.3.5	Responsáveis pela ação	30
5.4	AÇÃO 2 - META 2 - DIMENSÃO PEDAGÓGICA	30
5.4.1	Objetivos específicos	30
5.4.2	Período	30
5.4.3	Público alvo.....	31
5.4.4	Recursos	31
5.4.5	Responsáveis pela ação	31
5.5	AÇÃO 1 - META 1 - DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	31
5.5.1	Objetivos específicos	31
5.5.2	Período	31
5.5.3	Público alvo.....	31
5.5.4	Recursos	31
5.5.5	Responsáveis pela ação	32
5.6	AÇÃO 2 - META 1 - DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	32
5.6.1	Objetivos específicos	32
5.6.2	Período	32
5.6.3	Público alvo.....	32
5.6.4	Recursos	32
5.6.5	Responsáveis pela ação	32
5.7	AÇÃO 1 - META 2 - DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	32
5.7.1	Objetivos específicos	33
5.7.2	Período	33
5.7.3	Público alvo.....	33
5.7.4	Recursos	33

5.7.5 Responsáveis pela ação	33
5.8 AÇÃO 2 - META 2 - DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	33
5.8.1 Objetivos específicos	33
5.8.2 Período	33
5.8.3 Público alvo.....	33
5.8.4 Recursos	34
5.8.5 Responsáveis pela ação	34
5.9 AÇÃO 1 - META 1 - DIMENSÃO FÍSICA	34
5.9.1 Objetivos específicos	34
5.9.2 Período	34
5.9.3 Público alvo.....	34
5.9.4 Recursos	34
5.9.5 Responsáveis pela ação	34
5.10 AÇÃO 2 - META 1 - DIMENSÃO FÍSICA	34
5.10.1 Objetivos específicos	35
5.10.2 Período	35
5.10.3 Público alvo.....	35
5.10.4 Recursos	35
5.10.5 Responsáveis pela ação	35
5.11 AÇÃO 1 - META 2 - DIMENSÃO FÍSICA	35
5.11.1 Objetivos específicos	35
5.11.2 Período	35
5.11.3 Público alvo.....	35
5.11.4 Recursos	36
5.11.5 Responsáveis pela ação	36
5.12 AÇÃO 2 - META 2 - DIMENSÃO FÍSICA	36
5.12.1 Objetivos específicos	36
5.12.2 Período	36
5.12.3 Público alvo.....	36
5.12.4 Recursos	36
5.12.5 Responsáveis pela ação	36
5.13 AÇÃO 1 - META 1 - DIMENSÃO FINANCEIRA.....	37
5.13.1 Objetivos específicos	37
5.13.2 Período	37

5.13.3 Público alvo.....	37
5.13.4 Recursos	37
5.13.5 Responsáveis pela ação	37
5.14 AÇÃO 2 - META 1 - DIMENSÃO FINANCEIRA	37
5.14.1 Objetivos específicos	37
5.14.2 Período	38
5.14.3 Público alvo.....	38
5.14.4 Recursos	38
5.14.5 Responsáveis pela ação	38
5.15 AÇÃO 2 - META 2 - DIMENSÃO FINANCEIRA	38
5.15.1 Objetivos específicos	38
5.15.2 Período	38
5.15.3 Público alvo.....	38
5.15.4 Recursos	38
5.15.5 Responsáveis pela ação	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O Plano de Gestão com vistas ao Ensino Médio está embasado nos documentos referenciais da educação que orientam a prática escolar: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB Lei nº9394/96, a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) e as Resoluções Nº 2, de 30 de janeiro de 2012 e Nº 183, de 19 de novembro de 2013.

A LDB nº9394/96 define o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica e, em consonância a Resolução Nº2, define as Diretrizes Curriculares Nacionais:

Art. 14. O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, concebida como conjunto orgânico, seqüencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos, atendendo, mediante diferentes formas de oferta e organização:

I - o Ensino Médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar;

II - no Ensino Médio regular, a duração mínima é de 3 (três) anos, com carga horária mínima total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, tendo como referência uma carga horária anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em pelo menos 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar;

[...] IV - no Ensino Médio regular noturno, adequado às condições de trabalhadores. Respeitados os mínimos de duração e de carga horária, o projeto político-pedagógico deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e o sucesso destes estudantes [...]. (Resolução nº2 de 30/01/2012, p.5)

O estado de Santa Catarina é um dos pioneiros no Brasil na definição de diretrizes e tem como resultado deste processo a Proposta Curricular que está em constante atualização para garantir uma educação de qualidade a todos os sujeitos, além de propiciar a participação dos educadores catarinenses em experiências e relatos do cotidiano escolar.

No que tange à Educação Básica, segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina, destaca-se:

Dados do acesso à e permanência na escola mostram que, ainda que tenha havido melhora nos indicadores – IBGE (2010) e INEP (2013) – nos últimos vinte anos, estamos distantes da meta de universalização da educação básica no Brasil, principalmente no que se refere à Educação Infantil e Ensino Médio. Números indicativos de retenção, interrupção escolar e defasagem idade/série estão fortemente presentes. (SANTA CATARINA, 2014, p. 42)

A meta de nº 3 do PNE é universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). A mencionada universalização do Ensino Médio é, portanto, uma das metas do Plano Nacional

de Educação, constituindo-se em um direito social e dever do estado que deve garantir suas gratuidade e qualidade.

O município de Palhoça está abaixo da meta de alunos entre 15 e 17 anos, com somente 77,6% dos estudantes frequentando a escola e em relação à taxa de matrículas no Ensino Médio chega a pouco mais da metade da meta, apenas 43,9%.

A distorção de idade, por sua vez, foi de 22,5% no ano de 2014, concentrada na rede pública. Já as matrículas estão divididas em 42,7% no período matutino, 22,3% no vespertino e 35% noturno. Esses números evidenciam um processo bastante embrionário em direção ao cumprimento da meta definida PNE.

Nesse sentido, a Proposta Curricular está centrada:

[...] no pressuposto de que o direito à educação para todos deve ser garantido por meio da efetivação de políticas contra formas associadas de exclusão, em especial aquelas motivadas por preconceito e discriminação de natureza étnico-racial, de orientação sexual ou de identidade de gênero, bem como, qualquer outra decorrente de conteúdos ou condutas incompatíveis com a dignidade humana. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero passa pelo reconhecimento desses sujeitos e pelo seu direito a estar na Educação Básica.(SANTA CATARINA, 2014, p. 60)

Tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013), temos a concepção de que a educação destina-se a múltiplos sujeitos com o objetivo de troca de saberes. Nesse sentido, a escola é vista como inclusiva, na medida em que conseguir romper com a homogeneidade e desmistifique a diversidade que passa a fazer parte da educação integral do sujeito.

1.1 PERFIL DO ESTUDANTE

O *jovem* é visto pela sociedade como um indivíduo em transição e incompleto, que virá a ser um adulto, negando a sua identidade e o seu presente, projetando a ele um futuro, apenas. Ao contrário dessa visão, é necessário pensar o jovem como um ser que possui necessidades, sentimentos e desejos próprios e com diferenças individuais, os quais se colocam no presente. Não cabe negar que tal parcela da população passa por mudanças significativas e repentinas, mas sim defender que devemos estar atentos e auxiliá-lo.

Para melhor entender essa questão, vale evocar a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) – doravante PPP –, a qual aponta para a diversidade e constata que é na elaboração do Projeto Político Pedagógico (doravante PPP) da escola que se tem a

oportunidade de discutir sobre e definir coletivamente os princípios a serem seguidos pela comunidade escolar:

Educar na alteridade e na diferença é, sem dúvida, um princípio fundamental para tomar consciência de que as pessoas podem se relacionar de outro modo, no qual as diferenças não são mais ignoradas ou vistas como problema, pelo contrário, são enriquecimento. Por exemplo, em uma Educação para as Diferenças Sexuais na Educação Básica, o PPP deve garantir a promoção do respeito e do reconhecimento dos sujeitos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero. Ao se ter esse princípio no PPP, faz-se necessário traduzi-lo em ações pedagógicas, principalmente, na relação de um com o outro nas situações de preconceito e discriminação que precisam ser enfrentadas. (SANTA CATARINA, 2014, p. 86)

Em razão disso, precisamos contar com a participação dos jovens no planejamento das aulas e na tomada de decisões, de maneira que possam discutir suas responsabilidades e definir regras em conjunto, para assim desenvolverem a criticidade e a participação, tão almejadas na formação escolar.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012), que serão melhor discutidas posteriormente, apontam para a centralidade dos jovens estudantes como sujeitos do processo educativo. No parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2011) que a fundamenta, fica explícita a necessidade de uma “reinvenção” da escola de tal forma a garantir o que propõe o artigo III, ou seja, “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, e também o artigo VII, “o reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes”. (BRASIL, 2013, p. 7)

Deste modo, importa que a escola, em parceria com as famílias e governo, procure definir e conhecer seu papel, para contribuir no desenvolvimento e na compreensão da identidade também dos jovens, auxiliando-os a traçar projetos para vida, incluindo-se aí vida social e cidadã, a vida familiar e as relações profissionais, o que contribui, em boa medida, para a formação humana integral defendida em documentos norteadores de ensino, a exemplo da PCSC (SANTA CATARINA, 2014).

1.2 CURRÍCULO

O Ministério da Educação aborda o tema *Currículo* desde 1988, determinando como dever do Estado fixar conteúdos mínimos para assegurar a formação básica e respeito aos valores culturais e artísticos. Atendendo a essa premissa, foram elaborados os principais documentos que orientam a prática pedagógica: os Referenciais Curriculares, os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (2000) e, posteriormente, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013).

As disciplinas do Ensino Médio somam um total de doze e acompanham um programa de ensino próprio, a saber: Língua Portuguesa; Língua Materna, para populações indígenas; Língua Estrangeira moderna; Arte; Educação Física; Matemática; Biologia; Física; Química; História; Geografia; Filosofia e Sociologia. O artigo 7º, nos § 1º e 2º da Resolução Nº 2, determina:

§ 1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

§ 2º A organização por áreas de conhecimento não dilui nem exclui componentes curriculares com especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados, mas implica no fortalecimento das relações entre eles e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores. (Resolução nº2, 30 jan. 2012, p. 3)

Na mesma direção, é defendido no Art. 26 da LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Diante disso, a escola deve buscar envolver a comunidade escolar nas discussões acerca da função do currículo, considerando o desenvolvimento humano, o conhecimento e a cultura.

Nesse sentido, cabe destacar que muito se debate e muitos profissionais seguem o currículo, mas muitos não incorporam a cultura e as características regionais; ou seja, a realidade local não é abordada, tornando o ensino mecânico e desconectado do cotidiano. É exemplo disso o uso dos livros didáticos distribuídos igualmente entre as regiões do país, o que se dá em porque a escolha do livro não acontece como previsto pelo Programa Nacional do Livro Didático (doravante PNLDD), sendo escolhido pelo professor, muitas vezes, sem que seja considerada a incompatibilidade entre a realidade local e as referências contempladas no livro, prática essa bastante presente em nossas escolas.

Todo o trabalho na escola não pode ser solitário. O diretor, como líder da escola, deve envolver sua equipe de professores, coordenadores, orientadores e funcionários no planejamento, na avaliação e na execução das tarefas. Além de garantir uma gestão transparente e democrática, saber delegar é fundamental para dar conta do trabalho. A articulação e parceria entre todos os profissionais deve sempre visar à meta principal de toda e qualquer escola: a aprendizagem dos alunos. (Revista Escola, 2013)

1.3 SISTEMA FINANCEIRO E PATRIMONIAL

As escolas públicas possuem um controle dos recursos financeiros. Isso acontece devido à descentralização por meio de uma gestão, que, teoricamente, deverá ser democrática, ou seja, com a participação de toda a comunidade escolar.

O gestor deve estar ciente dos recursos que a instituição deverá receber, derivados de: PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), recursos que podem ser usados para aquisição de materiais permanentes ou de consumo, bem como para melhoria, manutenção e conservação do prédio da escola; PNLD, para escolha dos livros didáticos; e Programas de Transporte Escolar. Esses programas devem ser de conhecimento do gestor para que os recursos sejam recebidos pela escola e providenciados para os anos subsequentes com a manutenção dos dados no Censo Escolar.

À luz dessa compreensão, os conselhos escolares têm o papel de representar todos os segmentos; por isso, a importância da escolha dos representantes do Conselho Deliberativo Escolar (doravante CDE), pois ele participa das decisões do âmbito escolar e, conseqüentemente, do destino e do investimento dos valores repassados à instituição. Cabe então ao CDE decidir, determinar, definir, aprovar, planejar, avaliar e fiscalizar sobre os recursos financeiros da instituição escolar, com vistas a atingir os resultados pretendidos para o bom andamento pedagógico de tal instituição.

Esse trabalho também deverá ser realizado em parceria com a Associação de Pais e Professores e Grêmios Escolares, ambas são instâncias de participação de uma gestão democrática e compartilhada. No entanto, não basta a escola ter os grupos formados, eles precisam ser atuantes.

As escolas públicas do estado de Santa Catarina possuem um sistema de identificação e registro dos bens. O patrimônio da escola está no conjunto dos bens adquiridos, além do imóvel; portanto, todos os móveis e equipamentos devem ser identificados e registrados na Secretaria de Educação (doravante SED), para que façam parte do patrimônio da unidade escolar.

Quando é realizada a compra de bens permanentes ou quando a instituição recebe móveis da SED, o gestor deve providenciar o registro dos equipamentos, a fim de que passem a compor o patrimônio escolar. Cabe então ao gestor incumbir algum servidor para realizar esse trabalho, ou mesmo à equipe gestora fazer essa tarefa.

A SED anualmente solicita o levantamento dos bens que já estão identificados e, havendo mais equipamentos ainda não registrados, esse é o momento para identificá-los. É

um trabalho de grande responsabilidade, pois, se algum bem não for encontrado no momento do levantamento, o gestor deve estar ciente e fazer um boletim de ocorrência, de modo que seja solucionado esse problema e a secretaria de educação devidamente comunicada, com vistas a que os responsáveis respondam, no caso a equipe gestora, em especial o diretor.

Além do trabalho burocrático de registro e identificação, cabe à equipe gestora, desenvolver um trabalho pedagógico de conscientização para a manutenção e para o cuidado do patrimônio da escola.

Sabemos que ocorrem diversos casos de depredação nas escolas públicas, mas o trabalho para preservar os bens, tanto dos móveis quanto do imóvel, deve partir de toda a comunidade escolar, o que inclui o cuidado com materiais de consumo, equipamentos eletrônicos, carteiras, dentre outros. Enfim, todos devem estar cientes do necessário zelo ao patrimônio público. Apenas com tais medidas poderemos desfrutar dos benefícios de uma escola organizada, limpa e bem cuidada por todos. E, partindo dessa premissa, poderemos avançar em direção a uma educação de qualidade.

2 OBJETIVO GERAL

Apresentar um plano de ação para a gestão da unidade escolar pautado nos princípios legais, éticos e organizacionais e focado no fortalecimento da prática pedagógica, dos conselhos escolares, no atendimento de excelência em todos os setores e na qualidade da educação.

3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

A Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira está situada no Centro da cidade de Palhoça. Trata-se de uma das maiores instituições da rede pública na região e recebe alunos de várias comunidades do Município, devido à sua localização geográfica. Justamente em razão disso, a diversidade cultural no seio da instituição é bastante significativa.

A Lei nº 3.332, de 4 de novembro de 1963, criou o Colégio Normal Ivo Silveira. O nome da escola foi uma homenagem do povo ao seu ilustre cidadão e também governador do estado, em razão de sua iniciativa, sua colaboração e seu empenho para que o Colégio fosse criado, devido à necessidade de suprir a demanda do crescimento populacional desde aquela época.

Atualmente, a escola atende cerca de 1.600 alunos, distribuídos em três turnos, nos cursos de Ensino Médio e Magistério, ainda dispõe do SAEDE (Serviço de Atendimento Educacional Especializado). Possui, no presente ano, vinte turmas de 1ª; treze de 2ª e quinze de 3ª séries; além de duas turmas de 3ª série do magistério e uma de 4ª série, totalizando 51 turmas.

O diagnóstico da escola foi realizado partindo de alguns questionários, aplicados no mês de maio do presente ano, em turmas diversas dos três turnos em que a escola atende, e ainda alguns dados do sistema SISGESC (Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina), dos sites de pesquisa INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e QEdu (portal aberto e gratuito desenvolvido em parceria entre a Meritt e a Fundação Lemann), do Projeto Político Pedagógico da escola e do Censo Escolar, baseado nas características referente às dimensões socioeconômica, pedagógica, administrativa, financeira e física da instituição.

Vale destacar, no entanto, que alguns dados não foram tabulados, pois as respostas ficaram incompletas. O questionário também não contemplava algumas informações e a ficha de matrícula da escola não contém informações necessárias para um levantamento fidedigno.

3.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

A clientela atendida pela instituição EEB Governador Ivo Silveira é diversificada, porém tem suas similaridades quanto às condições socioeconômicas. A maioria dos estudantes pertence a famílias que vivem na zona urbana, compostas por quatro ou mais

peessoas, com média salarial de R\$ 3.000,00. Cerca de 65 % possui casa própria e o restante mora em casa alugada. A escolaridade dos pais lidera na formação inicial do Ensino Fundamental, incluindo alguns pais com escolaridade entre o Ensino Médio incompleto e completo. Nesse sentido, interessa ressaltar que, na atualidade, o número de pais e responsáveis com formação no Ensino Superior aumentou.

Devido ao crescimento populacional da região, recebemos alunos de naturalidades e etnias diversas: gaúchos, paranaenses, paulistanos e nordestinos, além dos palhocences e sujeitos oriundos do interior e litoral catarinense. Os estudantes residem em diversos bairros da cidade: Centro, Bela Vista, Caminho Novo, Pedra Branca, Passa Vinte, Pagani, Pachecos, Ponte do Imaruim, dentre outras regiões.

A faixa etária dos alunos do diurno varia entre quatorze e dezenove anos e do noturno entre dezessete e vinte um anos. Já os estudantes do curso do magistério estão na faixa etária de vinte a trinta anos. Os estudantes que frequentam tais cursos realizam estágios. Alguns estudantes da instituição, ainda, são jogadores profissionais do Clube Guarani e os que estudam no período noturno trabalham para contribuir com a renda mensal da família ou já tem família constituída. A procura pelo curso de Magistério também contribui para que a escola seja um diferencial na formação de Ensino Médio e atende a demanda de campo de trabalho nas creches e escolas da região.

O acesso ao lazer se restringe à praia, shopping e cinema. Ainda a maioria desses alunos não possui plano de saúde e recorre ao atendimento nos postos de saúde e hospitais, com uma margem pequena de acesso às clínicas médicas particulares.

Segundo informações do Censo, dos alunos atendidos pela escola, 1.550 utilizam o transporte público para chegar a escola; apenas quatro utilizam micro-ônibus; um, van escolar; três alunos utilizam a bicicleta como meio de transporte e os outros carro próprio ou chegam a pé.

Algumas informações ficaram incompletas porque, como informado anteriormente, não estão contempladas na ficha de matrícula e, com isso, não são informadas no sistema SISGESC, como por exemplo profissão dos pais e acesso à Internet.

3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

O PPP da escola aponta as concepções de mundo, sujeito, sociedade, escola e educação, além do posicionamento político-pedagógico dos docentes e profissionais da educação que, permeado pela fundamentação teórica, define a intencionalidade da prática

educativa.

O documento apresenta os conteúdos segundo a PCSC, a matriz curricular, as competências e habilidades das disciplinas, a metodologia de ensino sob a concepção sociointeracionista e os conteúdos de forma interdisciplinar.

Também apresenta o sistema de avaliação que propõe uma avaliação investigativa, cita a Lei 9.394/96, a Resolução 183/13 do CEE (Conselho Estadual de Educação), instituindo a recuperação paralela, o Conselho de Classe participativo, o avanço nos estudos, a classificação e reclassificação, mas não cita as estratégias para recuperação dos alunos de baixo rendimento e a relação professor/aluno, tampouco a forma como são realizadas as reuniões pedagógicas, cursos e seminários.

A escola atende alunos com necessidades especiais nas turmas de ensino regular e também na sala de recursos do AEE (Atendimento Educacional Especializado) com espaço adequado aos alunos advindos da comunidade escolar e das escolas de Ensino Fundamental próximas ao centro e também dos CEIs (Centros de Educação Infantil).

Na prática pedagógica dessa unidade escolar, há projetos que merecem destaque e que estão contemplados no PPP, como o Horto Florestal, conhecido e reconhecido pela sociedade local e comunidades da região. O projeto conta com o empenho de poucos professores, mas há o envolvimento de toda a comunidade escolar e recebe visita de várias instituições desde a sua inauguração em 2013.

O Festival de Talentos é outro destaque, esperado por todos, sendo realizado nos últimos anos. A participação na Feira de Ciências também é significativa, sendo que recebemos prêmios em participações desde o início do projeto, dentre os principais, destacamos a etapa regional em 2014.

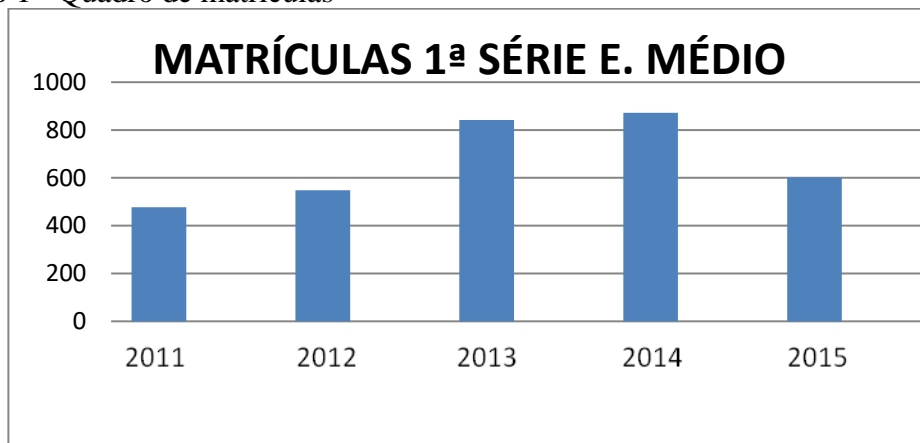
Alguns projetos estão sendo desenvolvidos paralelamente: Seja um leitor, Rádio ativa, Feira de Ciências e Tecnologias, Fanfarra, Semana do Meio Ambiente, Gincana Cultural, Consciência Negra e Diversidade.

O PPP contempla o total de matrículas dos últimos cinco anos, mas não aponta as disciplinas com maior índice de reprovações.

O diagnóstico foi realizado preferencialmente nas 1ª Séries do Ensino Médio, porque é o maior público de nossa escola e com índice alto de reprovação e abandono.

A participação de alunos no ENEM aumentou consideravelmente nos últimos anos: 17% em 2009, 28% em 2010, 19% em 2011, 34% em 2012 e 64,23% em 2015. O número de matrículas de 1ª Série do Ensino Médio teve uma média de 670 alunos nos últimos cinco anos. Segue gráfico ilustrativo dessa razão a seguir:

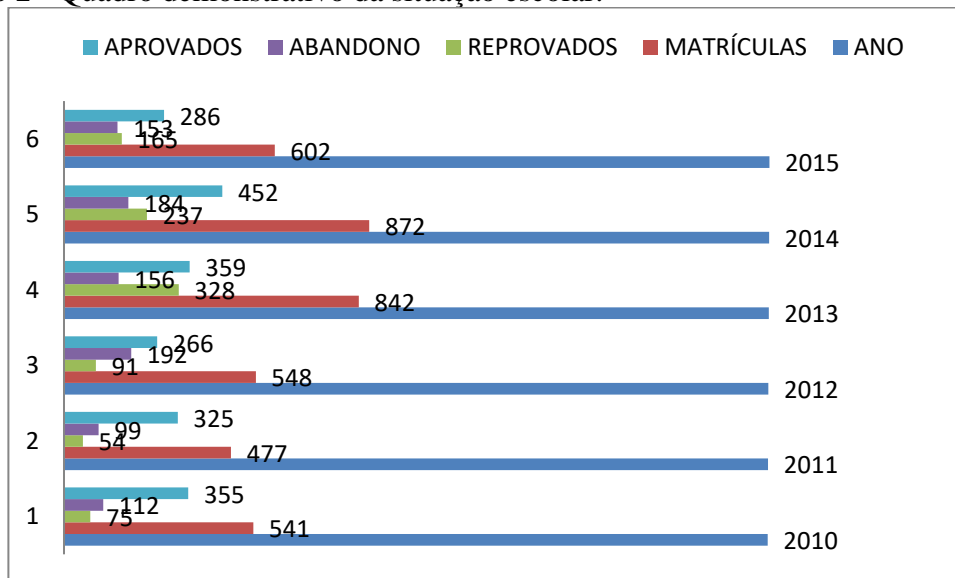
Gráfico 1 - Quadro de matrículas



Fonte: geração da autora.

Com base nos dados de matrículas, reprovação, abandono e aprovação, o gráfico apresentado na sequência é demonstrativo:

Gráfico 2 - Quadro demonstrativo da situação escolar.



Fonte: geração da autora.

A média dos últimos seis anos das turmas de 1ª Série do E. Médio:

- reprovação 24,50%;
- abandono 23,00%;
- aprovação 52,50%.

No ano de 2015, oitenta e cinco alunos foram aprovados para a segunda etapa da

¹*Olimpiada de Matemática*, mas somente nove alunos realizaram a prova, desses participantes, um aluno foi premiado com medalha de ouro e dois alunos receberam menção honrosa.

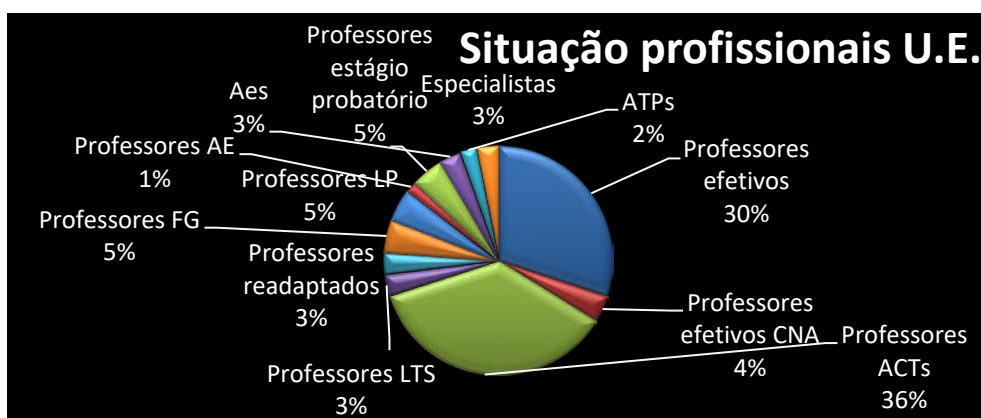
O IDEB de 2013 foi de 2,4, sendo que a meta projetada é de 4,5 para 2017, e a média dos últimos anos foi de 3,7.

3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

No aspecto administrativo, salienta-se que a instituição, em funcionamento nos três turnos, exige um grande esforço, no sentido de atender às demandas, principalmente pelo número insuficiente de funcionários para as funções. É preciso muito empenho para a resolução de todos os problemas e organização da administração da escola para o bom andamento do trabalho.

A escola possui mais de cem profissionais da educação, entre eles um diretor geral, dois assessores, um supervisor escolar, três orientadores, quatro assistentes de educação, três assistentes técnico-pedagógicos, um analista técnico em gestão educacional e demais trinta e nove professores efetivos, cinco efetivos que completam número de aulas lotados em outras unidades e quarenta e sete professores ACTs (admitidos em caráter temporário). A instituição conta ainda com quatro professores estão readaptados, três em licença tratamento de saúde, três em licença prêmio, um afastado para a SED, um em invalidez definitiva, seis em função gratificada, e ainda nove profissionais estão em interstício aposentatório e seis em estágio probatório.

Gráfico 3 - Situação funcional

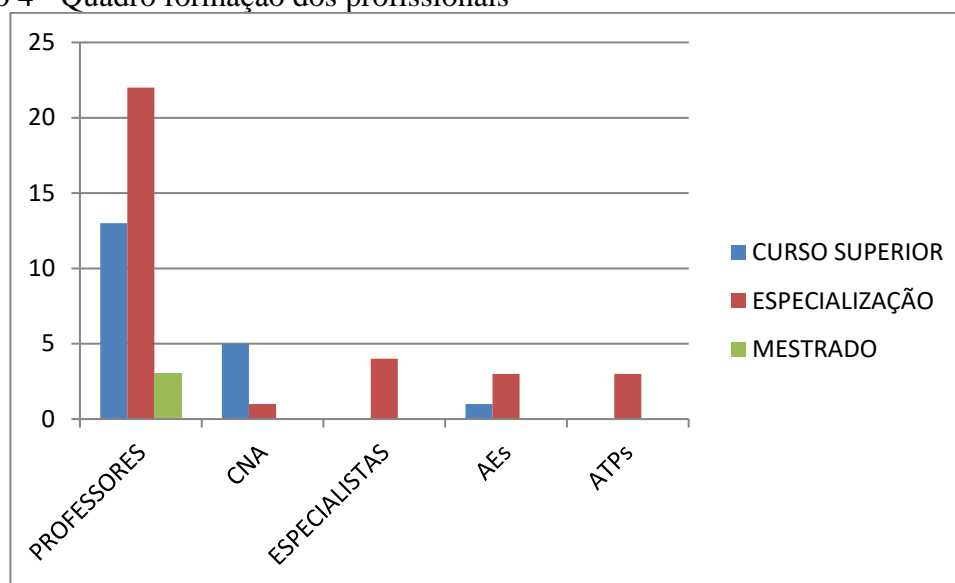


Fonte: Geração da autora.

¹ A Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM) é uma competição aberta a todos os estudantes do Ensino Fundamental (a partir do 6º ano), Médio e Universitário das escolas públicas e privadas de todo o Brasil.

O quadro efetivo de profissionais possui, na grande maioria, Curso de Especialização, com um total de 22 professores especialistas, três com mestrado e treze com Curso Superior apenas. Dos professores que CNA (completam número de aulas) no ano de 2016, cinco possuem Curso Superior e um tem Especialização. Os quatro especialistas da equipe pedagógica possuem somente especialização. Os três assistentes técnico-pedagógico possuem Especialização. Já dos assistentes de educação, dois possuem Especialização, um está cursando pós-graduação e um possui graduação.

Gráfico 4 - Quadro formação dos profissionais



Fonte: Geração da autora.

Já os professores ACTs possuem na maioria a graduação e muitos estão cursando a universidade.

A dificuldade decorrente da necessidade de complementação do quadro de professores, em função de afastamentos diversos, dificulta o fazer diário no campo pedagógico, uma vez é preciso que se tenham minimamente os profissionais no desempenho de suas funções para que o processo educacional transcorra de forma significativa.

Além disso, constata-se que, no contexto atual com a forma de contratação de professor temporário, os profissionais estão submetidos a trabalhar entre duas e três escolas, dificultando ainda mais o conhecimento da realidade escolar para o perfeito andamento do processo de ensino, pois o professor perde mais tempo deslocando-se para trabalhar do que propriamente utilizando o tempo para o planejamento.

A mencionada escola possui, ainda, ativos os segmentos: APP (Associação de Pais e Professores), CDE (Conselho Deliberativo Escolar) e Grêmio Estudantil.

A APP dispõe de nove funcionários de serviços gerais, um está afastado e somente um para a limpeza do pátio e pequenos reparos.

A alimentação é terceirizada e o quadro de funcionários também limitado, sendo que, no período matutino, período com maior número de alunos, há somente um funcionário para preparar as refeições.

A escola em tela encontra-se com número de vigilantes reduzido, o que implica na segurança de alunos e funcionários, resultando em mais um problema na administração com o remanejamento de funcionários.

3.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

A escola tem grande clientela, o que demanda recursos financeiros para provê-las, como material para manutenção e demais despesas. Nessa direção, cabe salientar a importância dos seguimentos como APP (Associação de pais e Professores) e CDE (Conselho Deliberativo Escolar) na decisão da destinação dos recursos destinados do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e na utilização do CPESC (Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina).

A unidade escolar recebeu o cartão do CEPESC no ano de 2016 com a primeira parcela em março no valor de R\$ 6.250,00 e em setembro a segunda parcela no mesmo valor. Já o PDDE recebeu duas parcelas de R\$16.160,00.

3.5 DIMENSÃO FÍSICA

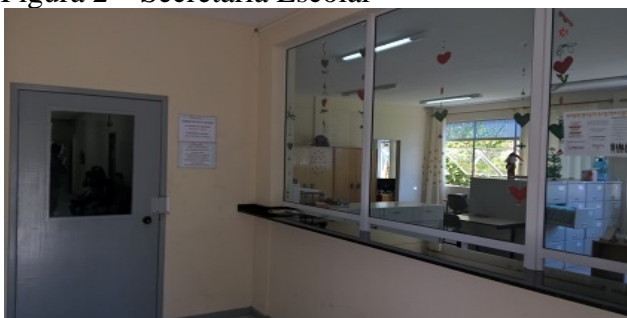
A instituição EEB Governador Ivo Silveira possui dois prédios, sendo que o prédio em que há atendimento efetivo das turmas tem dois pisos, contendo com dezenove salas de aula com 48m² cada uma, sala de informática, laboratório de matemática, rádio estudantil, biblioteca, sala de cópias, cantina, sala dos professores, dois banheiros no térreo e dois no primeiro andar, banheiro adaptado no térreo; e na parte administrativa, conta com sala do diretor, dois banheiros, sala dos especialistas, sala dos assessores e secretaria. Já o prédio antigo abriga sala de jogos, AEE, laboratório de química, sala de artes, depósito e auditório. Além disso, conta com quadras de esporte, estacionamento amplo e o espaço reservado ao Projeto Horto Florestal e, em anexo, a Eco Sala.

Figura 1 – Frente da escola



Fonte: geração da autora

Figura 2 – Secretaria Escolar



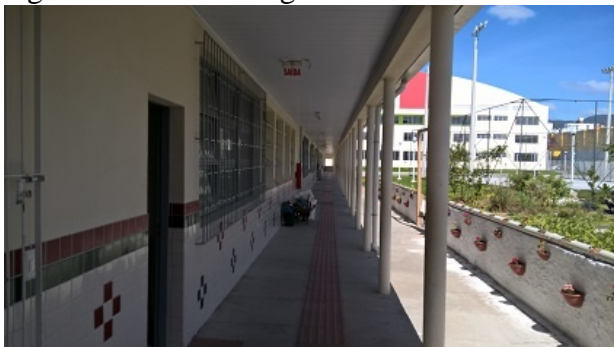
Fonte: geração da autora

Figura 3 – Pátio interno da escola



Fonte: geração da autora

Figura 4 – Prédio antigo



Fonte: geração da autora

O prédio recebeu uma grande reforma e pintura, a instalação de extintores de incêndio, elevador, calçada com piso tátil direcional e de alerta para deficientes visuais, rampas de

acesso. Em anexo, está em fase final a construção do ginásio de esportes, que certamente será um referencial para a região, tanto na estrutura quanto nas práticas e projetos a serem desenvolvidos na obra em foco.

Figura 5 – Fundos do ginásio de esportes



Fonte: geração da autora

Figura 6 – Frente do ginásio



Fonte: geração da autora

Figura 7 – Quadras de esporte



Fonte: geração da autora

Figura 8 – Espaço *Horto Florestal*



Fonte: geração da autora

Com a reforma e construção do ginásio, não relatamos aqui a área total construída, pois estamos aguardando a liberação da planta pelos engenheiros que realizaram as obras.

Os ventiladores das salas de aula foram retirados e, como estavam em péssimas condições de uso, não foi possível reinstalar os mesmos. Com recursos do PDDE, conseguimos comprar somente um ventilador para cada sala, mas não foi suficiente, pois precisaria de no mínimo dois deles para amenizar o calor no ambiente.

Recebemos agora no mês de outubro, 21 aparelhos de ar condicionado; no entanto, falta a instalação dos aparelhos e o mais importante é que ainda não foi instalada a nova subestação de energia para atender à necessidade energética de todos os aparelhos.

Os equipamentos da sala de informática, bem como os da equipe administrativa, estão necessitando de manutenção, além de estarem ultrapassados. Já as máquinas copiadoras estão novas, em bom estado de conservação.

Os móveis tanto das salas de aula quanto da parte administrativa estão em bom estado. Faltam equipamentos de informática para atender à demanda e à necessidade, visto que hoje temos um sistema on-line para registro de frequência, notas e conteúdos e ainda falta internet para acesso nas salas de aula.

4 METAS

As metas aqui relacionadas seguem por dimensão, tendo como referência o diagnóstico da EEB. Gov. Ivo Silveira do município de Palhoça.

4.1 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

META 1

Diminuir a média de evasão escolar dos alunos, preferencialmente da 1ª Série do Ensino Médio, de 23% para 15%, aumentar o índice de aprovação das turmas de 52,5% para 70% e conseqüentemente reduzir a reprovação de 24,5% para 15% até o final da gestão.

META 2

Aumentar a participação no vestibular da UFSC da média dos últimos cinco anos de 100 para 150 inscritos e a aprovação de 16% para 25% até o final da gestão.

4.2 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

META 1

Transformar 100% as ações para garantir o funcionamento adequado de todos os setores da escola durante todo o ano letivo até o final da gestão.

META 2

Envolver a comunidade escolar nas tomadas de decisões, com ênfase nos conselhos escolares - APP, CDE e Grêmios Estudantis -, promovendo encontros trimestrais no ano de 2017.

4.3 DIMENSÃO FÍSICA

META 1

Conservar todos os espaços, os equipamentos e o patrimônio escolar de modo geral semanalmente até o final da gestão.

META 2

Sistematizar 100% a utilização do novo ginásio no primeiro semestre do ano letivo de 2017.

4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

META 1

Ampliar em 50 % a participação de agentes externos à escola na geração e na gestão dos recursos, já no primeiro semestre letivo.

META 2

Divulgar mensalmente a prestação de contas de todos os recursos financeiros aplicados em cada ano de gestão.

5 AÇÕES

O conjunto de ações visa atingir as metas relacionadas acima para sanar as dificuldades e/ou problemas descritos no diagnóstico da escola em tela.

5.1 AÇÃO 1 - META 1 - DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Fazer o levantamento dos fatores de retenção e evasão escolar.

5.1.1 Objetivos específicos

Identificar os fatores que levam a retenção e evasão escolar.

Mapear as possíveis causas de baixa frequência e/ou rendimento escolar.

5.1.2 Período

Durante todo o ano letivo.

5.1.3 Público alvo

Alunos das 1ª séries do Ensino Médio.

Pais ou responsáveis pelos alunos.

5.1.4 Recursos

Sistema APOIA (Programa de combate à Evasão Escolar), computadores com acesso à Internet. Data show, aparelho de som e microfone, sala de reuniões.

5.1.5 Responsáveis pela ação

Professores, equipe gestora e pedagógica, avaliação do plano.

5.2 AÇÃO 2 - META 1 - DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Promover reuniões e paradas pedagógicas, para discutir assuntos gerais, troca de experiências e atender às necessidades das ações pedagógicas.

5.2.1 Objetivos específicos

Assegurar um programa de formação continuada que contribua com o desenvolvimento de competências de todos os profissionais da escola.

Informar e divulgar cursos, por meio de e-mail, grupo de WhatsApp e divulgação na sala dos professores.

5.2.2 Período

Durante todo o ano letivo.

5.2.3 Público alvo

Todos os servidores da escola.

5.2.4 Recursos

Computadores com acesso à internet, data show, sala de reuniões, mural, papel A4, máquina copiadora.

5.2.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora, pedagógica e administrativa.

5.3 AÇÃO 1 - META 2 - DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Organizar palestras e seminários para divulgação dos cursos disponíveis nas universidades e faculdades locais.

5.3.1 Objetivos específicos

Incentivar a participação no ENEM e no vestibular, preferencialmente nas instituições públicas UDESC, UFSC e Faculdade Municipal de Palhoça.

5.3.2 Período

Semestralmente.

5.3.3 Público alvo

Alunos do terceiro e 4ª série do magistério.

5.3.4 Recursos

Folders, mural, redes sociais, sala de informática.

5.3.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora e pedagógica.

Demais convidados das universidades e faculdades locais.

5.4 AÇÃO 2 - META 2 - DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Acompanhar o planejamento curricular dos docentes.

5.4.1 Objetivos específicos

Discutir acerca do planejamento a fim de contemplar o Currículo Nacional, as necessidades e realidade da comunidade escolar.

5.4.2 Período

Durante o Planejamento anual.

5.4.3 Público alvo

Professores das turmas do noturno.

5.4.4 Recursos

Sala de reuniões, computadores com acesso a internet.

5.4.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora e pedagógica.

5.5 AÇÃO 1 - META 1 - DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Organizar o cronograma de horário dos servidores em todos os setores: secretaria, biblioteca, equipe pedagógica, sala de cópias, laboratório de informática e setor de serviços gerais.

5.5.1 Objetivos específicos

Fiscalizar o bom uso e atendimento em todos os setores da escola.

5.5.2 Período

Durante todo o ano letivo.

5.5.3 Público alvo

Assistentes de Educação, Assistentes Técnico Pedagógico, Especialistas, Professores, Professores Readaptados, Funcionários da APP e equipe gestora.

5.5.4 Recursos

Ponto eletrônico, mural.

5.5.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora.

5.6 AÇÃO 2 - META 1 - DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Acompanhar o preenchimento dos dados no SISGESC, Professor-online, Censo, APOIA, Calendário Escolar e Alimentação Escolar.

5.6.1 Objetivos específicos

Assegurar o correto preenchimento dos dados escolares nos sistemas que compõem o sistema de ensino da rede estadual.

5.6.2 Período

Durante todo o ano letivo.

5.6.3 Público alvo

Assistentes de Educação, Assistentes Técnico Pedagógico, Especialistas, Professores, Professores Readaptados, Funcionários da APP e equipe gestora.

5.6.4 Recursos

Computadores com acesso a internet.

5.6.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora.

5.7 AÇÃO 1 - META 2 - DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Definir, colegiadamente, as ações necessárias ao bom andamento de todos os conselhos na escola.

5.7.1 Objetivos específicos

Apoiar a integração dos conselhos escolares a fim de envolver a comunidade escolar nas tomadas de decisões.

5.7.2 Período

Início do ano letivo.

5.7.3 Público alvo

Toda a comunidade escolar.

5.7.4 Recursos

Sala para o Grêmio Estudantil, computador com acesso a internet, cópias, papel A4.

5.7.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora, pedagógica e administrativa.

5.8 AÇÃO 2 - META 2 - DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Realizar reuniões para tomada de decisões.

5.8.1 Objetivos específicos

Definir prioridades para o bom andamento da escola.

5.8.2 Período

Durante todo o ano letivo.

5.8.3 Público alvo

APP, CDE e Grêmio Estudantil.

5.8.4 Recursos

Recursos humanos.

5.8.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora.

5.9 AÇÃO 1 - META 1 - DIMENSÃO FÍSICA

Articular as equipes de limpeza e organização dos espaços.

5.9.1 Objetivos específicos

Fiscalizar a limpeza e conservação de todos os setores.

5.9.2 Período

Durante o ano letivo.

5.9.3 Público alvo

Equipe gestora e funcionários da APP.

5.9.4 Recursos

Material de limpeza e recursos humanos.

5.9.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora.

5.10 AÇÃO 2 - META 1 - DIMENSÃO FÍSICA

Viabilizar a melhoria dos espaços.

5.10.1 Objetivos específicos

Organizar os setores para melhorar o atendimento aos alunos, pais e professores.

5.10.2 Período

Durante todo o ano letivo.

5.10.3 Público alvo

Equipe gestora, administrativa, pedagógica e funcionários da APP.

5.10.4 Recursos

Recursos humanos, armários, arquivos, pastas, caixas, computadores.

5.10.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora.

5.11 AÇÃO 1 - META 2 - DIMENSÃO FÍSICA

Estruturar uma equipe diretiva para o ginásio de esportes.

5.11.1 Objetivos específicos

Promover a institucionalização de uma associação e equipe diretiva para o novo ginásio de esportes.

5.11.2 Período

Primeiro semestre do ano letivo.

5.11.3 Público alvo

Toda a comunidade escolar.

5.11.4 Recursos

Recursos humanos.

5.11.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora, pedagógica, administrativa, professores, CDE, APP e Grêmios Estudantil.

5.12 AÇÃO 2 - META 2 - DIMENSÃO FÍSICA

Promover reuniões para definir o uso do novo espaço.

5.12.1 Objetivos específicos

Definir estratégias ao bom uso do novo espaço.

5.12.2 Período

Primeiro semestre do ano letivo.

5.12.3 Público alvo

Equipe da Associação do Ginásio de Esportes e equipe gestora.

5.12.4 Recursos

Recursos humanos.

5.12.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora, pedagógica, administrativa, professores, CDE, APP e Grêmios Estudantil.

5.13 AÇÃO 1 - META 1 - DIMENSÃO FINANCEIRA

Reunir a comunidade escolar para discutir ações e uso dos recursos.

5.13.1 Objetivos específicos

Firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando à melhoria da infraestrutura da escola e a promoção de projetos socioculturais.

5.13.2 Período

Durante o ano letivo.

5.13.3 Público alvo

Comunidade escolar.

5.13.4 Recursos

Recursos humanos.

5.13.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora, pedagógica, administrativa, professores, CDE, APP e Grêmios Estudantil.

5.14 AÇÃO 2 - META 1 - DIMENSÃO FINANCEIRA

Definir a utilização dos recursos com o CDE e APP.

5.14.1 Objetivos específicos

Utilizar de forma coerente com as definições dos conselhos escolares os recursos financeiros provenientes do PDDE e do cartão CEPESC.

5.14.2 Período

Durante o ano letivo.

5.14.3 Público alvo

Equipe gestora, CDE e APP.

5.14.4 Recursos

Computadores, cópias, papel A4.

5.14.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora, CDE e APP.

5.15 AÇÃO 2 - META 2 - DIMENSÃO FINANCEIRA

Priorizar recursos para os objetivos pedagógicos.

5.15.1 Objetivos específicos

Definir estratégias de uso dos recursos que contemplem os objetivos pedagógicos e as necessidades dos sujeitos.

5.15.2 Período

Durante o ano letivo.

5.15.3 Público alvo

Comunidade escolar.

5.15.4 Recursos

Computadores, cópias, papel A4, sala de reuniões.

5.15.5 Responsáveis pela ação

Equipe gestora, pedagógica, administrativa, professores, CDE, APP e Grêmios Estudantil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência à mudança é um dos fatores que impera em todos os setores da escola, seja pública ou privada, pois encontramos pessoas preocupadas em mudar a realidade, outras acomodadas e ainda as que são *do contra*, ou seja, cabe a gestão escolar administrar os vários dons ou habilidades para que o plano se concretize. Um exemplo: aos que não querem opinar, por medo, insegurança ou desconhecimento, deve ser estabelecido ou dividido como cada um vai ajudar na construção ou reformulação do documento. Várias habilidades podem ser definidas aqui, como: uma pessoa para fazer a digitação do documento, uma para revisão, outra para pesquisa das leis, diretrizes, outra para o diagnóstico, histórico da escola... enfim, cabe ao gestor e equipe pedagógica definir os papéis para que ninguém se sinta inseguro ou incapaz nessa tarefa e que realmente todos sejam participantes do processo.

Precisamos partir do princípio da legitimidade da construção do documento que é desenvolvido coletivamente, se fosse para ter um papel para apenas ficar no armário do diretor da escola, qualquer um poderia fazer, mas como sabemos que é para o uso comum e que esteja de acordo com as nossas necessidades e realidade cabe a sensibilização do que queremos para a nossa escola e isso se dá através de diálogo e discussões incessantes, pois a realidade pode mudar e as necessidades podem ser diferentes dependendo do ponto de vista de cada um. Por isso é preciso a ajuda e interesse de todos para a concretização do PPP que tem em sua essência a coletividade.

O Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira de Palhoça, estabelece a realidade que temos (ponto de partida) à realidade que queremos (ponto de chegada).

A escola que queremos é libertadora e formadora, não apenas de cidadãos, mas também de seres pensantes, sujeito ativos e atuantes que lutem por seus ideais e de uma sociedade mais igualitária e melhor para todos. É na escola que o aluno tem a oportunidade de refletir sobre os diferentes tipos de diversidades e ainda promover o respeito mútuo e a igualdade entre todos.

Deseja-se uma escola alegre e unida, cujos envolvidos sejam incluídos objetiva e subjetivamente com uma prática pedagógica significativa e eficaz, de acordo com a visão sociointeracionista, centrada no aluno, com o educador no papel de mediador desse processo. (PPP EEB.Gov. Ivo Silveira, pág. 9 e 10)

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do Ensino Médio**, etapa I- caderno II: o jovem como sujeito do Ensino Médio/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [organizadores: Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013. 69p.

As responsabilidades do diretor <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/235/as-responsabilidades-do-diretor>

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na Educação Básica/Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação: 2014. 192 p.

Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>

As responsabilidades do diretor <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/235/as-responsabilidades-do-diretor>

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas** - trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO Nº 2** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2012.

FREIRE, Paulo. Prefácio à edição brasileira. In: SNYDERS, Georges. **Alunos felizes**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos jovens I**: da antiguidade a era moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. **Temas de Pedagogia** – Diálogos entre Didática e Currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Mayume Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.
Os tempos da vida nos tempos escola: construindo possibilidades. 2ª edição. Penso Editora Ltda., 2013 p. 81.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.